

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.406 - SP
(2019/0099458-2)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
**AGRAVANTE : COOPERATIVA TRABALHADORES EM TRANSPORTES DE
SAO PAULO**
**ADVOGADOS : CLOVES ALVES DE SOUZA E OUTRO(S) - SP213383
LUÍS JOSÉ FERNANDES - SP187829
LINCOLN RUDOI - SP381813**
AGRAVADO : COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO
REPR. POR : MARCIA REGINA CALVANO MACHADO - LIQUIDANTE
ADVOGADO : BRUNO SILVA NAVEGA E OUTRO(S) - RJ118948

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SOB REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO NESTA PARTE. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO A FIM DE NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

1. A necessidade de impugnação específica - prevista no art. 932, III, do CPC/2015 e Súmula 182/STJ - não se aplica ao fundamento relativo à violação de norma constitucional, pois se trata de matéria a ser apreciada no recurso extraordinário. Com isso, reconsidera-se a decisão agravada, passando-se a novo exame do recurso.
2. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, do fundamento utilizado pelo Tribunal de origem para não rever a decisão de primeiro grau que concedera o benefício da justiça gratuita, qual seja o não cabimento do agravo de instrumento, atrai a incidência das Súmulas 283 e 284 do STF.
3. Agravo interno provido para conhecer do agravo a fim de não conhecer do recurso especial.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima

Superior Tribunal de Justiça

indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo interno para conhecer do agravo a fim de não conhecer do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 19 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

